

Facetas urbanas do drama habitacional

Inevitável que a queda do edifício Wilton Paes de Almeida e seus 24 andares, em meio a chamas, no Centro velho de São Paulo, e que era ocupado por inquilinos arrebanhados pelo Movimento da Luta Social por Moradia (MLSM), uma dessas organizações que têm explorado, no sentido literal, as tensões habitacionais urbanas — até com objetivos pecuniários, como se vê — reforce a questão da falta de moradia para famílias de baixa renda nas cidades brasileiras.

Problema antigo que é quase sempre explorado de forma populista e que, agora, há evidências de que também com objetivos criminosos. Há mortos no desabamento do edifício, e a lista de responsáveis é extensa. Há um absoluto descontrole da União dos seus imóveis, o Wilton Paes de Almeida, um deles. O governo federal sequer sabe ao certo o tamanho do seu patrimônio.

Segundo o Ministério do Planejamento, haveria 655 mil imóveis, mas apenas 155 mil registrados. Imagine-se as possibilidades de vigarices que isso permite. Explica-se por que a existência de tantos “movimentos” de defesa de “sem-teto” nas maiores cidades do país.

O mercado é atrativo. Há, ainda, a leniência de prefeituras e de governos de estado na fiscalização e no desenvolvimento de programas para utilização desses imóveis como habitações para famílias de baixa renda. A lerdia e incompetência de governantes, de todos os níveis, no aproveitamento deste patrimônio público abandonado, para ajudar a resolver o drama habitacional urbano, estimulam o surgimento dos tais “movimentos de sem-teto” com objetivos múltiplos, alguns capitulados no Código Penal.

Há informações da polícia de que organizações criminosas usam, em São Paulo, pelo menos, essas “invasões” como base de distribuição de drogas. Configura-se um caso em que, na pior maneira possível, um problema social vira caso de polícia.

Talvez a tragédia de São Paulo sirva para destampar soluções defendidas há tempos para reduzir o chamado “déficit habitacional”, termo que há décadas frequenta planos de governos e discursos da situação e oposição, sem resultados estruturais positivos.

É um paradoxo que o país passe por um momento de estimulantes condições macroeconômicas para financiamentos de longo prazo, como os habitacionais, com inflação baixa e juros em queda, e pouco ou nada se faça. Nessas condições, é menos custoso para governos o inevitável subsídio a programas para famílias de renda baixa.

Haveria no Rio de Janeiro, segundo O GLOBO, 13 mil famílias em moradias erguidas em locais impróprios; em São Paulo, 73 mil. Pode ser que já existam, mas municípios e estados precisam ter estimativas do potencial de alocação dessa população em imóveis públicos abandonados, devidamente reformados.

Talvez não solucionem toda a equação habitacional para a baixa renda, mas é uma alternativa importante à velha e equivocada opção de construção de conjuntos habitacionais onde não há infraestrutura de qualquer tipo e longe dos empregos.

Governo quer FGTS para finalizar obras

Ideia é criar linha de crédito especial para prefeitos e governadores

Geralda Doca

-BRASÍLIA- O governo negou ontem, em nota conjunta do Ministério da Fazenda e da Caixa Econômica Federal, que vá recorrer ao FGTS para capitalizar o banco. Mas os planos de usar os recursos do Fundo dos trabalhadores em ano eleitoral continuam a todo vapor. A nova investida é a criação de uma linha especial de crédito para governadores e prefeitos. O dinheiro será usado para financiar a contrapartida que esses entes deveriam ter dado na realização de obras — como de mobilidade urbana, saneamento e moradia para a baixa renda — que atrasaram ou estão paralisadas por falta de recursos próprios.

Segundo fontes a par das discussões, as condições dos empréstimos serão as mesmas da operação original, já financiada pelo FGTS. O volume a ser liberado dependerá da demanda de estados e prefeituras a ser apresentada na Caixa — agente financeiro do Fundo. A nova modalidade será apresentada ao Conselho Curador do FGTS, onde o governo tem maioria, na próxima reunião, dia 15 de maio.

PROJETOS PARADOS E ATRASADOS

Segundo dados do balanço do FGTS de dezembro de 2016 (mais recente), há centenas de obras com problemas no país. Entre os motivos estão o não pagamento da contrapartida por estados e municípios e a falta de projeto, de plano de desapropriação e remoção de famílias e de licença ambiental. Do total de 447 projetos de saneamento, 189 estavam atrasados e 258, parados.

Na área de mobilidade urbana, havia 81 projetos parados, num total de R\$ 6,6 bilhões, e 237 atrasados, no valor de R\$ 11,8 bilhões. No setor de habitação para famílias de baixa renda, das 105 obras, 27 estavam atrasadas e 53, paralisadas. Os problemas são concentrados nos estados de Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, além do Distrito Federal. No Rio, são exemplos de obras em dificuldade Complexo de Mangueiras, Colônia Juliano Moreira, Complexo do Alemão e a recuperação da Bacia de Jacarepaguá.

MAIS 150 MIL CASAS POPULARES

Para conselheiros do FGTS, o Fundo não deveria se responsabilizar

pelo trabalho dos governadores e prefeitos. Eles lembram que o Fundo já financia até 95% dos projetos de saneamento e 80% dos de moradia para a baixa renda. Mas, por outro lado, a população é a parte mais prejudicada com a paralisação das obras. Algumas são ainda do antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo ex-presidente Lula em 2007.

— Retomar as obras agora reforça o discurso eleitoral, isso é o aspecto ruim — disse a fonte.

O governo também corre para apresentar na reunião do Conselho proposta para expandir em 150 mil moradias o programa Minha Casa Minha Vida (na faixa 1,5, para famílias com renda de até R\$ 2.600), o que vai demandar mais R\$ 9 bilhões de subsídios do FGTS, conforme antecipou O GLOBO. O segmento conta atualmente com 20 mil unidades para este ano. A medida foi confirmada ontem pelo presidente Michel Temer em entrevista à TV NBR: — A construção civil é uma das áreas que mais empregam. Estamos finalizando os números para lançar cerca de 150 mil casas populares do Minha Casa Minha Vida. Isso vai agilizar a construção civil, mas, ao mesmo tempo, nós estamos estudando a possibilidade de empréstimos a municípios.

Gastos da União com subsídios chegam a R\$ 354,8 bi em 2017

Benefícios vêm caindo desde 2015, mas ainda correspondem a 5,4% do PIB

Martha Beck

-Brasília- O total gasto pelo governo federal com subsídios em 2017 somou nada menos que R\$ 354,8 bilhões, ou 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Deste total, R\$ 84,3 bilhões se referem aos chamados benefícios financeiros e creditícios, como equalização de taxas de juros e despesas com programas de incentivo à economia, por exemplo, o de Sustentação do Investimento (PSI). Outros R\$ 270,4 bilhões são os gastos tributários, como reduções de impostos e isenções. Os números fazem parte do 2º Orçamento de Subsídios da União, relatório divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda.

De acordo com o texto, embora ainda seja salgada, essa conta vem sendo reduzida desde 2015. Considerando apenas os benefícios financeiros e creditícios, o total desembolsado pela União em 2015 foi de R\$ 128,8 bilhões (2,1% do PIB), caindo para R\$ 115,3 bilhões (1,8% do PIB) em 2016. Assim, a economia observada em 2017 em relação ao ano anterior alcançou R\$

31 bilhões, ou 0,5% do PIB — montante semelhante ao desembolsado com o programa Bolsa Família.

TLPAJUDAA
REDUZIR CONTA

Os gastos tributários, por sua vez, continuam em patamar elevado. Eles apresentaram uma trajetória estável, em termos nominais, e caíram como proporção do PIB entre 2015 e 2017, após tendência crescente desde 2003. Essa categoria de subsídios totalizou R\$ 270,1 bilhões (4,5% do PIB) em 2015 e R\$ 270,4 bilhões (4,1% do PIB) em 2017.

No relatório, a equipe econômica destaca que a redução dos gastos com subsídios é importante para o reequilíbrio das contas públicas. Entre as ações que podem ajudar nesse processo, aponta o documento, está, por exemplo, a Taxa de Longo Prazo (TLP), que passou a remunerar os empréstimos do BNDES com valor mais próximo das taxas de mercado, reduzindo assim a conta de subsídios do governo federal. O documento cita ainda a reformulação do Fies e a implementação do Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Subsídios (CMAS): "Com as mudanças recentes na política de crédito dos bancos públicos,

aprovação da Taxa de Longo Prazo (TLP), reformulação de programas, como ocorreu no Fies, maior rigor na concessão de gastos tributários e a ação interministerial em curso de implantação de Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Subsídios (CMAS), espera-se que a queda observada no montante de gasto com os subsídios tenha continuidade neste e nos próximos anos"? afirma o texto.

E ressalta: "Diversos ajustes têm permitido uma redução do montante de gastos federais despendidos com subsídios, os quais reduziram para 5,4% do PIB em 2017, abaixo do patamar observado em 2013. É

preciso continuar implementando esses ajustes, diante da premente necessidade de alcançar um superávit primário que torne a dívida pública brasileira sustentável"

O documento mostra como houve uma reversão na trajetória dos gastos com subsídios ao longo dos últimos anos. Esses gastos apresentaram trajetória crescente até 2015, mais do que duplicando, de 3% do PIB em 2003 para 6,7% em 2015. Entre os fatores que pressionaram essa despesa estão os incentivos dados pelo governo a programas como o PSI na tentativa de turbinar o PIB.

A Justiça e as finanças públicas

Integrantes do Judiciário continuam sem compreender que, apesar de os Poderes serem independentes, a responsabilidade pelo que entra e sai dos cofres públicos é do Executivo. Desta vez, o desconhecimento desse princípio elementar foi demonstrado pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, ao atuar como relator no julgamento de um mandado de segurança impetrado pelo Tribunal de Justiça da Paraíba contra o Executivo estadual.

A Corte alegou que, em abril, o governo paraibano depositou apenas uma parte do duodécimo da dotação orçamentária a que ela tem direito. Segundo o Tribunal, de um repasse previsto de R\$ 51,6 milhões, só foram depositados R\$ 49,7 milhões. Em sua defesa, o Executivo informou que, por causa da crise fiscal causada pela recessão econômica, não dispunha de recursos suficientes para bancar todas suas despesas de custeio e as dotações orçamentárias do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público.

Também afirmou que os valores da Justiça retidos temporariamente foram decisivos para que a administração pública mantivesse em funcionamento escolas, postos de saúde, hospitais e delegacias de polícia. Em decisão monocrática, Lewandowski concedeu a liminar pedida pelo Tribunal de Justiça e mandou o governo estadual depositar os valores integrais não apenas relativos ao mês de abril, mas aos duodécimos restantes do ano, impreterivelmente até o dia 20 de cada mês.

Para o ministro, o contingenciamento de parte dos recursos das dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça estadual, ainda que o valor da quantia retida tenha sido relativamente baixo, configurou “um quadro de grave e inadmissível interferência direta do Poder Executivo na autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário local”. Independentemente das “eventuais frustrações de receita”, concluiu Lewandowski, o governo paraibano teria agido por meio de “atos unilaterais carentes de legitimidade do ponto de vista constitucional e legal”.

A decisão colide frontalmente com a realidade

econômica e social do Estado da Paraíba. Assim que a decisão de Lewandowski foi anunciada, o governo estadual distribuiu nota afirmando que ela porá “em risco concreto e imediato as finanças e, consequentemente, o equilíbrio financeiro do Estado”.

Além do risco de suspensão de serviços públicos essenciais, a liminar concedida pelo ministro comprometerá o pagamento em dia dos salários do funcionalismo estadual e a manutenção das metas fiscais impostas pelo governo federal para fins de concessão de empréstimos e financiamentos para investimentos em obras de infraestrutura, disseram as autoridades fazendárias paraibanas.

Alegaram, ainda, que não terão condições de cumprir uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa da Paraíba no ano passado, que impôs um teto para gastos públicos no Estado. A exemplo do que vem ocorrendo em outras unidades da Federação, a situação financeira do Estado da Paraíba é tão vulnerável que, na elaboração do projeto de Lei de Orçamento Anual (LOA) para 2018, o governo estadual teve de congelar gastos de custeio de todos os Poderes. No caso específico do Judiciário, o orçamento previsto para 2018 foi o mesmo de 2016 e 2017.

Contudo, alegando que a Constituição paraibana prevê que os Três Poderes não podem receber valores inferiores ao ano anterior – o que, se for levado ao pé da letra, significa que, por determinação constitucional, a economia não pode sofrer revezes –, a Associação dos Magistrados da Paraíba recorreu ao Tribunal de Justiça e a Corte, decidindo em causa própria, acolheu o recurso.

Nesse meio tempo, a Assembleia aprovou a peça orçamentária encaminhada pelo Executivo, o que levou a Corte a recorrer ao Supremo. Tanto esse recurso como o despacho dado a ele pelo ministro Lewandowski são mais uma demonstração do grau de descolamento da realidade por parte de uma corporação que perdeu inteiramente a noção de responsabilidade fiscal.